



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

- DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL -

Av. Sebastião Diniz 2630 W Bairro São Vicente

CEP 69303-475 BOA VISTA - RR BRASIL

Fone 095.36281511 Fax 095.91681351

e-mail cir@playbv.com.br www.cir.org.br

SEMINÁRIO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REDD+

“Os Povos Indígenas são guardiões da Terra e da Natureza e têm soluções para enfrentar as Mudanças Climáticas!”



RELATÓRIO FINAL

Data: 04 a 06 de outubro de 2011

Local: Auditório da Casa de Cura

Boa Vista - Roraima - Brasil

Apoio:

Fundação Tebtebba

SEMINÁRIO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REDD+

Promoção:

Conselho Indígena de Roraima – CIR

Organizações indígenas participantes:

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR

Conselho do Povo Indígena Ingaricó (COPING)

Hutukara Associação Yanomami (HAY)

Associação da Comunidade Indígena Waimiri-Atroari

Povos Indígenas (etnias) presentes:

Macuxi, Wapichana, Yanomami, Yekuana, Ingarikó, Taurepang, Sapará, Wai-Wai e Waimiri-Atroari.

Instituições parceiras:

Fundação Tebtebba, Embaixada Real da Noruega, Fundação Rainforest (RFF-US), The Nature Conservancy (TNC), Programa Indígena da CAFOD, Instituto Insikiran (UFRR), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Instituto Chico Mendes (ICM-Bio), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), Programa Território Indígena da Cidadania, Articulação das Mulheres do Brasil e Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima.

Objetivo:

O objetivo do seminário é promover a informação e a discussão entre as lideranças indígenas dos temas relacionados ao contexto das Mudanças Climáticas, Serviços Ambientais e o mecanismo de Redução de Emissões por Degradação e Desmatamento (REDD+), a partir de uma análise crítica e de um diálogo intercultural, visando à proteção, gestão e monitoramento das terras indígenas no Estado de Roraima.



Mario Nicácio (CIR) e Mario Parywe, líder do Povo Waimiri-Atroari.

Descrição:

Este seminário faz parte do acordo de parceria entre o Conselho Indígena de Roraima e a Fundação Tebtebba, organização com status consultivo especial junto ao Conselho Social e Econômico das Nações Unidas, que tem por objetivo “possibilitar a participação efetiva dos Povos Indígenas, assegurando a implementação de salvaguardas de direitos humanos, integridade ambiental e boa governança florestal em REDD Plus e outros programas”. A metodologia proposta está baseada no documento “Diálogos Interculturais – Povos Indígenas, Mudanças Climáticas e REDD” publicado por FUNAI e GTZ em 2010, com o objetivo de subsidiar as discussões e capacitações relacionadas a este tema entre os povos indígenas no Brasil. Está prevista a participação de 150 lideranças indígenas no seminário, distribuídos pelas doze etnorregiões do Estado de Roraima, incluindo tuxauas, professores, estudantes, agentes ambientais indígenas e representantes das organizações indígenas.

Justificativa:

“Nós estamos profundamente alarmados com a devastação acelerada do clima provocada pelo desenvolvimento insustentável. Estamos experimentando impactos profundos e desproporcionais sobre as nossas culturas, saúde humana e ambiental, direitos humanos, bem-estar, meios de subsistência tradicionais, sistemas de alimentação e soberania alimentar, infra-estrutura local, viabilidade econômica e nossa própria sobrevivência como povos indígenas. A Mãe Terra já não está em um período de mudança climática, mas na crise climática. Por isso insistimos em um fim imediato para a destruição e a profanação dos elementos da vida.”

Este alarme sobre as alterações climáticas e seu impacto sobre a totalidade da vida e o bem-estar dos povos indígenas em todo o mundo foi proclamado durante a Cúpula Global dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas no ano de 2009. Afora a chamada para a redução das emissões globais, os povos indígenas pedem mais espaço e participação no debate sobre o clima e o reconhecimento do seu papel e dos seus direitos como guardiões da terra e da natureza, incluindo a conquista da justiça climática através da garantia e restauração de suas terras e territórios.

Relatório das atividades:

No dia 04 de outubro de 2011 às 08 horas e 30 minutos, no auditório da Casa de Cura em Boa Vista, teve início o Seminário sobre Mudanças Climática e REDD+, realizado pelo CIR com o apoio da Fundação Tebtebba das Filipinas. A abertura foi feita pela coordenação do CIR: Mario Nicacio (coordenador geral), Ivaldo André (vice-coordenador), e Telma Marques (secretária do Movimento das Mulheres Indígenas). A seguir foi feita a apresentação dos coordenadores e participantes das etnorregiões: Amajari, Serras, Taiano, Surumu, Murupu, São Marcos, Serra da Lua, Raposa, Baixo Cotingo, Ingarikó, Wai-Wai e Yanomami. Apresentaram-se também os representantes das organizações indígenas HUTUKARA, COPING e OMIR, e das instituições parceiras: FUNAI, Embaixada da Noruega, Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima, Instituto Insikiran (UFRR), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA-RR), Instituto Socioambiental (ISA), Articulação das Mulheres do Brasil, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A partir das 10 horas teve início o painel sobre **Mudanças Climáticas: Visão Indígena, Histórico, Panorama Atual, e Impactos sobre as Terras Indígenas**.

Mario Nicácio, coordenador geral do CIR, falou sobre as Mudanças Climáticas como resultado da Revolução Industrial iniciada no século dezoito que desencadeou os processos de aquecimento global; disse que os seus efeitos são muito visíveis, como na grande seca que atingiu o estado de Roraima em 1998, e na grande cheia do Rio Branco em 2011; considerou que sem a terra sadia não temos vida, e que por sua importância o tema das Mudanças Climáticas já está sendo falado nas próprias línguas indígenas.

Mauricio Yekuana, vice-coordenador da HUTUKARA, destacou a importância do tema das Mudanças Climáticas para os povos que vivem na floresta; disse que os xamãs Yanomami e Yekuana vêm com muita preocupação o que está acontecendo com a Terra; eles estão prevendo grandes problemas no futuro, com a diminuição das nascentes dos rios e muita seca; alertou sobre a presença de um grande número de garimpeiros na Terra Yanomami, provocando a destruição da natureza e a poluição dos rios; considerou que é urgente alertar as autoridades para estes problemas.

André Vasconcelos, coordenador regional da FUNAI, falou sobre a pressão que sofrem as comunidades indígenas devido ao modelo de desenvolvimento vigente, que prioriza a energia e a construção de estradas; considerou que os povos indígenas têm muito a ensinar sobre o seu modo de vida e relação com a natureza; destacou problemas como o lixo que se acumula nas comunidades, o desequilíbrio do clima comprometendo as roças e plantios, os impactos do agronegócio, como pecuária, desmatamento, e extração de madeiras; considerou um grande desafio a implantação da Política de Gestão Territorial e Ambiental das terras indígenas, e a importância da proteção do lavrado, como morada dos povos indígenas e grande reserva da biodiversidade.

Francisco Joacir Luz, coordenador regional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), considerou que os governos têm promovido um crescimento econômico insustentável, cujo interesse principal é o lucro; disse que o acúmulo de conhecimento científico deve ser usado a favor do meio ambiente; assegurou o compromisso da EMBRAPA em Roraima com o desenvolvimento de um novo modelo de agricultura, que busca a sustentabilidade e a harmonia com o meio ambiente.

Ciro Campos, representante do Instituto Socioambiental (ISA), falou sobre um estudo do IPCC constatando que a década de noventa foi a mais quente da história, e o gelo nos pólos da terra já teve dez por cento de redução devido ao aquecimento global; considerou que os projetos de implantação de hidrelétricas em Roraima nos rios Branco e Mucajaí vão piorar a emissão de carbono devido ao desmatamento; disse que o mecanismo de Redução das Emissões por Degradação e Desmatamento (REDD) foi proposto como uma forma de pagamento para manter as florestas em pé, mas ainda falta regulamentação no Brasil e traz o risco dos povos indígenas perderem o controle de suas terras.

Kristian Bengtson, coordenador do Programa para os Povos Indígenas da Embaixada Real da Noruega, falou sobre a atuação do governo da Noruega na busca de soluções para os problemas do clima, apoiando a busca de conhecimentos e tentando influenciar as políticas públicas que incidem sobre esta questão; disse que a Embaixada da Noruega considera que os povos indígenas são os que percebem em primeiro lugar as rápidas alterações que estão acontecendo e devem, portanto ser os primeiros a serem ouvidos nas questões de mudanças climáticas.

Rachel Pinho, representante do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) falou sobre os principais fatores das mudanças climáticas, como o aumento exagerado do gás carbônico que provoca o efeito estufa; em nosso meio, o principal motivo de emissão de carbono é a queima das florestas e o desmatamento; a agricultura tradicional indígena promove a queima em pequena escala, com respeito pela natureza, o que permite a regeneração da floresta; falou sobre o Projeto Wazaka'ye desenvolvido pelo INPA junto às comunidades indígenas do Amajari que promove o plantio de árvores frutíferas e madeiras na região do lavrado, o que representa um serviço ambiental que no futuro pode ser usado como uma fonte de recursos.

Durante o debate aberto para os participantes da plenária, diversas lideranças indígenas se manifestaram, questionando como recuperar a terra e a mortalidade dos animais na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, pois houve um grande depósito de agrotóxicos na época em que os arroteiros moravam no local, e agora com as chuvas fortes o veneno está se espalhando pelos rios e igarapés; a escassez de animais e a contaminação dos peixes têm prejudicado a segurança alimentar da população indígena; a implantação de açudes para a piscicultura está provocando a poluição dos rios com essa criação de peixes; os recursos destinados pelos governos para a preservação do meio ambiente não estão chegando às terras indígenas; o aquecimento global não é provocado pelos povos indígenas, mas está determinando mudanças na sua cultura; a iluminação nas terras indígenas por meio da instalação de hidrelétricas não traz benefícios para a população, e contribui para o aquecimento global; que providências poderão ser tomadas para atenuar e melhorar essa situação.

Os trabalhos da tarde se iniciaram às 14 horas com o painel sobre **Povos Indígenas, Mudanças Climáticas e REDD+: Políticas Governamentais, Perspectivas Científicas e Discussões Internacionais.**

Nathali Germano, representante da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT/FUNAI de Brasília), iniciou sua exposição com uma explicação detalhada sobre os processos globais de Mudanças Climáticas e seus efeitos sobre as terras indígenas no Brasil; falou sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI), que foi discutida em seminários em todas as regiões do país e garante a participação indígena na gestão de seus territórios, mas não foi assinada ainda pela Presidenta da República; considerou que o mecanismo de REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Ambiental) proposto pela ONU pode ser uma oportunidade de fortalecimento dos planos de vida das comunidades indígenas, mas ainda não está regulamentado e apresenta riscos para os quais é preciso estar atentos: garantia de titularidade das comunidades indígenas, respeito à consulta com os povos indígenas, autonomia das terras indígenas e dos povos, e os benefícios do REDD devem ser da coletividade; disse que a FUNAI está disposta a apoiar a participação dos povos indígenas nas discussões sobre REDD, e citou o documento “Diálogos Interculturais: Povos Indígenas, Mudanças Climáticas e REDD”, elaborado pela FUNAI e outras organizações convidadas para auxiliar e orientar a capacitação das comunidades indígenas sobre estes assuntos.

Às 16 horas os trabalhos foram interrompidos para a apresentação da delegação indígena do Povo Waimiri-Atroari, cuja terra indígena está localizada entre o sul do estado de Roraima e o estado do Amazonas, e foi um dos povos indígenas do Brasil mais atingidos pela violência na segunda metade do século passado, devido à construção da estrada que liga Manaus a Boa Vista e da Hidrelétrica de Balbina, ambas cortando o seu território tradicional e que provocaram mais de dois mil mortos entre o seu povo.

Patrícia Benthien, responsável pela área ambiental da Embaixada Real da Noruega, informou sobre as ações da Embaixada em apoio às organizações indígenas, indigenistas e ambientalistas no Brasil; disse que a Noruega é um país que tem uma grande afinidade com a questão socioambiental, e tem disponibilizado uma parte de sua riqueza para atividades de sustentabilidade social e ambiental em diversas partes do mundo; falou da iniciativa da Noruega junto ao governo brasileiro para a implantação do Fundo Amazônia, cujo órgão gestor é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); disse que este processo ainda está em estágio inicial, mas o interesse da Noruega é ajudar os povos indígenas a acessar estes recursos, garantido a sua participação nas decisões do fundo e a realização de atividades de proteção e manejo ambiental sustentável nas terras indígenas da Amazônia.

Joênia Carvalho Wapichana, coordenadora do Departamento Jurídico do CIR, falou sobre a participação do CIR nos fóruns internacionais de discussão sobre Mudanças Climáticas e Direitos Indígenas, em preparação para a Conferência das Partes (COP 17) a ser realizada em Durban em novembro de 2011 e a Conferência Rio+20 que acontecerá no Rio de Janeiro em 2012; falou dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) propostos pela ONU para estimular as formas de desenvolvimento sustentável, e sobre o REDD+ que inclui outras políticas além do desmatamento, como gestão ambiental sustentável; existe uma proposta dos povos indígenas da África, Ásia e América de incluir nas discussões sobre Mudanças Climáticas as salvaguardas dos direitos indígenas da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU, como terra, cultura, autonomia, consulta prévia e consentimento livre e informado; falou também das iniciativas junto ao governo brasileiro para a participação indígena nos fóruns de discussão sobre Mudanças Climáticas em nível nacional e internacional.

Nilva Baraúna, coordenadora regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) falou do trabalho que o IBAMA vem desenvolvendo junto às comunidades indígenas e municípios na área de controle ambiental e desenvolvimento sustentável, buscando uma economia viável e socialmente justa; considerou que é preciso reduzir o desmatamento em nossos próprios territórios, pois todo o trabalho de preservação ambiental contribui para a redução de emissões e das mudanças climáticas.

Daniel Rosar, representante do Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima (UFRR), falou da importância dos povos indígenas na discussão sobre meio ambiente e mudanças climáticas; os territórios indígenas são os mais protegidos e conservados, e são responsáveis pela maior parte das nascentes e mananciais de água do estado; o desequilíbrio da natureza pode ter consequências imprevisíveis, e cada um deve cuidar do seu pedaço; os povos indígenas do lavrado têm muito conhecimento no cultivo de plantas que estão adaptadas ao clima seco, e é preciso muito cuidado com o patrimônio genético das comunidades; pediu apoio para o fortalecimento do intercâmbio dos jovens universitários com as suas comunidades.

Os trabalhos do seminário no dia 05 de outubro de 2011 tiveram início às 08 horas com a realização da mesa-redonda sobre o tema: **Perspectivas Locais sobre as Mudanças Climáticas.**

Mario Pariwe, líder tradicional do Povo Waimiri-Atroari, disse que antigamente não havia poluição e os povos indígenas viviam em harmonia com a natureza; em 1960 começou a construção da estrada na Terra Waimiri-Atroari, que trouxe a poluição através do lixo, plásticos e pilhas jogadas na terra indígena; após o contato com os não índios é que começaram todos esses problemas, como a invasão de madeireiros, pescadores, e o desmatamento; quem mais sofre com as mudanças climáticas são os povos indígenas; os

brancos construíram a estrada BR-174 e fizeram a Hidrelétrica de Balbina, e o Povo Waimiri-Atroari sofreu muito com isto; hoje o deputado Raul Lima quer obrigar a abertura total da estrada à noite e modificar mais ainda a nossa terra; quem vai ajudar com isto: FUNAI, IBAMA e Governo não estão fazendo nada; temos que nos unir entre povos indígenas para nos fortalecer e resistir a estas ameaças.

Dario Yanomami, representante da HUTUKARA, disse que os Yanomami já discutiram bastante o problema das Mudanças Climáticas, causadas pelo desrespeito com a natureza; antigamente a maior preocupação era tirar os garimpeiros e fazendeiros de suas terras, mas os velhos já tinham percebido o perigo que estava chegando; nós yanomami somos cientistas também, nossos xamãs sabem que o mundo está sofrendo e o planeta Terra está pedindo socorro; a Terra Yanomami foi demarcada em 1991 com mais de 9 milhões de hectares, e a população hoje é de mais de 19 mil indígenas; as invasões na nossa terra trouxeram a poluição com mercúrio, roubaram nossas roças e ameaçaram os índios; as plantações não estão florescendo, pois o solo está contaminado e os animais doentes; na região de Surucucus o quartel queima muito combustível que polui também o ambiente; as mudanças climáticas este ano trouxeram destruição das plantações por meio de alagação, e muitas crianças estão passando fome; no limite leste da área existe desmatamento e a invasão de pescadores e garimpeiros; os governantes não estão respeitando os direitos dos povos indígenas; somos protagonistas e os que protegem a natureza, somos filhos da terra; os não-indígenas não estão preocupados com a terra, só querem destruir a mãe natureza; é muito importante que os povos indígenas estejam discutindo juntos esse assunto sobre mudanças climáticas.

Gelson Ingarikó, coordenador do Conselho do Povo Indígena Ingarikó (COPING) destacou a importância dos pajés que são conhecedores de tudo sobre as mudanças climáticas; nossa terra é muito rica de minério, mas não podemos tirar, pois tudo isso é o coração da terra; quando o homem branco tirou o metal de debaixo da terra feriu o coração da terra, o calor ficou forte e está sufocando a vida; essas mudanças climáticas foram os homens brancos que fizeram, e agora estão preocupados com os problemas que estão acontecendo no clima; quando a comunidade desmata para fazer a roça aproveita a madeira e depois a mata se recupera.

Dílson Damente, assessor de política institucional da COPING, disse que as mudanças climáticas estão relacionadas ao crescimento econômico e à dependência do dinheiro; para os Ingarikó a terra e as pedras também têm vida; quando você visita um local joga beiju e pimenta na água como forma de respeito à natureza; a natureza é viva: as pedras, as árvores e os rios reagem quando estão sendo agredidos; o governo criou a unidade de conservação do Parque Nacional do Monte Roraima dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol para dizer que está protegendo a natureza, mas a terra indígena já é protegida pelas próprias comunidades indígenas; a educação indígena deve indicar o caminho para um desenvolvimento que respeite os conhecimentos tradicionais indígenas e o meio ambiente; é preciso criar uma política para a conservação e preservação das terras indígenas, através do seu fortalecimento cultural.

Mario Nicacio, coordenador geral do CIR, disse que é preciso acompanhar as ações que estão acontecendo fora das terras indígenas; as mudanças no Código Florestal estão em discussão no Congresso, e podem trazer prejuízos para o meio ambiente em todo o país; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Dilma encara o desenvolvimento de um ponto de vista comercial e dos grandes empreendimentos; o projeto para a construção da Hidrelétrica do Cotíngio representa uma grave ameaça para as comunidades da Terra Indígena Raposa Serra do Sol; os povos indígenas devem acompanhar os programas do governo e estar tecnicamente preparados para participar

destas discussões; o Departamento Ambiental do CIR está promovendo a capacitação dos agentes ambientais e lideranças indígenas sobre legislação ambiental, controle e combate às queimadas, implantação de viveiros de mudas, e educação sobre o lixo e os cuidados com a natureza; é preciso fortalecer a consciência ambiental e o controle nas terras indígenas; o Brasil é considerado hoje um país rico, mas a riqueza está muito mal distribuída, e os recursos para as políticas públicas nunca chegam aos povos indígenas.

Durante o debate com os participantes da plenária, foram discutidas questões como a importância de fortalecer a troca de informações entre os saberes tradicionais para não deixar que se perca a sabedoria indígena; a sobreposição de terras indígenas com unidades de conservação ambiental do governo, como no Parque Nacional do Pico da Neblina, onde estudos estão sendo realizados sem a autorização dos indígenas; a necessidade de responsabilizar o estado pelas mudanças climáticas, e não a população indígena; a questão de demarcação de terras indígenas sem o estudo adequado das mesmas; os projetos de criação de peixes nas proximidades das terras indígenas estão poluindo os rios e prejudicando as comunidades; a importância dos povos indígenas estarem unidos e fortalecidos; necessidade de ampliação das terras indígenas para melhorar a vida dos povos que lá vivem viabilizando um desenvolvimento sustentável; a instalação de poços artesianos sem estudos adequados; presença de lixões nas proximidades das terras indígenas; o aumento da população; a importância da educação ambiental para as crianças em sala de aula; preocupação sobre as condicionantes impostas pelo Supremo Tribunal Federal para a demarcação das terras indígenas; o desafio do movimento indígena fazer a gestão das terras indígenas; a mentalidade consumista por parte de muitos jovens indígenas; a insegurança alimentar na Terra Indígena Yanomami não é por falta de alimento e sim por que está havendo poluição por parte dos garimpeiros que estão nas suas terras.

Às 11 horas foram formados os grupos de trabalho para discussão das questões relacionadas ao tema 'Perspectivas Locais sobre as Mudanças Climáticas', como segue:

1. Quais as principais mudanças do clima e do meio ambiente que aconteceram nos últimos vinte anos em sua região e comunidade?
2. Quais os principais impactos e problemas que estas mudanças provocaram na sua região e comunidade?
3. Quais as alternativas e conhecimentos tradicionais a sua comunidade tem usado para enfrentar estes problemas?

Às 14 horas iniciou-se a plenária para a apresentação e discussão dos grupos de trabalho (documento em anexo). Foi passada a palavra para a apresentação do presidente da Hutukara Associação Yanomami, Davi Kopenawa, grande líder na luta pelo reconhecimento dos direitos do Povo Yanomami: "Quando éramos pequenos invadiram nossas terras e nunca esquecemos isto; os homens da cidade continuam derrubando, queimando e acabando com a floresta; onde existem as cidades antes era tudo verde; agora estão se preocupando com as mudanças climáticas; a Terra é que sustenta a vida, e se destruírem a terra não vai ter mais alimento; a Terra 'Machida' está pedindo nossa ajuda, ela nasceu primeiro é nossa mãe; o homem branco diz que tem muita terra para pouco índio; nós dizemos que tem muito carro, muito desmatamento e muita poluição; nós indígenas precisamos lutar e não deixar os brancos destruírem a Terra".

Questões apresentadas no debate: nós estamos nos separando da natureza, temos que mudar isso; antes os pajés controlavam as chuvas, o tempo, o sol, através de orações, mas hoje isto está desaparecendo; os brancos dizem que os índios são incapazes, e nós somos os que mais cuidamos da natureza; precisamos respeitar a mãe da terra e a mãe do campo, a natureza está nos mandando sinais e respondendo às ações dos homens; muitas vezes os próprios indígenas estão colaborando para poluir e destruir a natureza; os brancos não se importam com a natureza, o governo só destrói o pouco que temos; o monitoramento das terras indígenas pode ser feito por satélite, para que sejam mostradas as causas e soluções dos problemas; os jovens indígenas devem estudar e se preparar, buscando o benefício para as suas comunidades; a entrada de pessoas não autorizadas nas terras indígenas tem trazido problemas como drogas e bebidas alcoólicas, e falta a fiscalização por parte da FUNAI para combater essas questões.

No dia 06 de outubro de 2011 após a abertura dos trabalhos às 08 horas teve lugar a mesa-redonda com o tema: **Iniciativas Comunitárias sobre as Mudanças Climáticas.**

Sinéia do Vale, coordenadora do Departamento Ambiental do CIR, fez a apresentação do trabalho de levantamento ambiental realizado na Terra Indígena Jacamim durante seis meses, envolvendo cinco agentes ambientais indígenas e quatro comunidades, com a participação de tuxauas, professores, mulheres, jovens e lideranças tradicionais; o calendário ecológico foi observado e construído pelos próprios indígenas com conhecimentos de muitas gerações; todos estão sentindo os efeitos das mudanças climáticas, por isso os estudos são importantes para mostrar para o mundo o que os povos indígenas estão passando; os agentes ambientais indígenas podem contribuir para amenizar os problemas, mas para isso é importante valorizar o seu trabalho; o projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Fundação Tebtebba das Filipinas; todos os trabalhos foram realizados na língua Wapichana e ficarão arquivados para pesquisa no acervo do Departamento Ambiental do CIR, em forma digital.

Alessandro Oliveira, doutorando da Universidade Federal de Brasília (UNB) e assessor antropológico do CIR, disse que o projeto teve como objetivo oferecer capacitação para os agentes ambientais indígenas na modalidade de pesquisa, em continuidade aos módulos anteriores sobre uso de GPS e legislação ambiental; a pesquisa foi voltada para o entendimento da história e da situação ambiental da terra tendo em vista os efeitos provocados pelas Mudanças Climáticas; procurou estimular o diálogo entre gerações e a valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais; a pesquisa incluiu entrevistas com conhecedores tradicionais nas quatro comunidades, no sentido de entender como as Mudanças Climáticas têm interferido na vida das comunidades; entre os produtos do trabalho estão o etnomapeamento da Terra Indígena Jacamim, calendários ecológicos das comunidades, vídeos, fotos e anotações de campo; como resultado do trabalho estão a formulação de iniciativas que podem ser postas em prática apoiando a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) nas comunidades.

José Davi Manduca, agente ambiental indígena da Comunidade do Jacamim, disse que começou seu treinamento como agente ambiental em 2008, e há quatro meses vêm trabalhando na pesquisa realizada na terra indígena Jacamim sobre as Mudanças Climáticas; nos últimos vinte anos foram observadas mudanças na produção e nas roças, e muitas bananas, manivas e plantações foram perdidas pelas secas e excesso de chuvas dos últimos anos; houve também uma grande influência dos programas do governo e a entrada de produtos industrializados, gerando dependência nas comunidades; é necessário buscar alternativas para manter as pessoas nas comunidades e valorizar os recursos naturais, como buriti, castanha, bacaba e açai, entre outros.

Erivaldo Marcos da Silva, agente ambiental indígena da Comunidade do Jacamim, apresentou o calendário ecológico preparado juntamente com os mais velhos e demais colaboradores das comunidades, identificando as estações e períodos de plantações durante o ano e as espécies de peixes e caças existentes na região (apresentação em anexo); foi apresentado também o mapa mostrando as serras, matas, rios, lagos e lugares sagrados; foram identificados os doze tipos de timbó utilizados para a pesca na comunidade, orientando para que seu uso seja feito com moderação.

Antônio Ernesto Jerônimo, agente ambiental indígena da Comunidade do Marupá, disse que contou com o apoio dos alunos e dos mais velhos em seu trabalho; foi realizado também o mapeamento da comunidade, com locais de caça, serras e igarapés; a caça e a pesca vêm diminuindo nos últimos anos; antes do trabalho a população não entendia o papel do agente ambiental, mas agora todos estão colaborando e apoiando nos trabalhos.

Raoni Emiliano da Silva, agente ambiental indígena da Comunidade do Wapum, apresentou também o mapeamento da comunidade identificando os locais de caça, pesca e plantações; disse que antes os mais velhos faziam a previsão do tempo observando as estrelas, mas nos últimos vinte anos mudaram os períodos de chuva, houve perdas de sementes, as pessoas da comunidade não produzem como antes e estão comprando produtos industrializados.

Ernesto das Chagas Silva, agente ambiental indígena da Comunidade do Água Boa, fez o mapeamento da comunidade juntamente com o agente indígena de saúde; segundo ele a comunidade ainda é muito rica e tem caça, mas já existe estrada até a comunidade; a comunidade também trabalha o calendário ecológico, os velhos observam os sinais, os períodos de reprodução dos animais e das plantas, e o período de animais peçonhentos.

José Maria, agente ambiental que atua no Plano de Proteção Ambiental Waimiri-Atroari, disse que a preocupação do seu povo com o meio ambiente surgiu há muito tempo, e existem doze tipos de músicas sobre a preservação ambiental que vêm desde a sua origem; o Plano de Proteção Ambiental tem como objetivo a vigilância da Terra Waimiri-Atroari, fazendo a limpeza ao longo da estrada e nos limites da terra para verificar se há presença de invasores; a equipe é composta por 40 a 50 homens, entre eles os jovens que falam português para explicar o motivo da fiscalização; a BR-174 é fechada à noite para reduzir a morte de animais e preservar a vida do povo; existe muito lixo na estrada, como latas de refrigerantes, garrafas de água, e muita matança de animais silvestres; antigamente os Waimiri-Atroari eram conhecidos pela guerra; hoje procuram o diálogo e explicam o motivo do fechamento da estrada no turno da noite; com relação ao lixo, as pilhas e baterias são enviadas para Manaus, e os demais são queimados; o povo Waimiri-Atroari está sendo ameaçado e perseguido pelas autoridades de Roraima devido ao fechamento da BR-174, os políticos estão fazendo campanhas contra a fiscalização realizada pelo povo e existem processos correndo a respeito dessa situação; manifestou preocupação com os jovens que saem da comunidade para estudar e não voltam mais e, pior ainda, os que vão trabalhar com os inimigos dos povos indígenas; espera que esse seminário tenha retorno e conscientização para suas comunidades.

Paulo Wai-Wai, agente ambiental indígena da Comunidade do Anauá, Terra Indígena Wai-Wai; disse que em sua terra tem muita produção de castanhas, o que tem servido como uma das principais fontes de sustento da comunidade; houve muita perda nas plantações de banana e melancia, entre outros produtos, devido às mudanças do clima neste ano de 2011; afirmou que vai repassar para a comunidade tudo o que ouviu no seminário, e que o Povo Wai-Wai concorda que é preciso trabalhar unidos, e fazer documentos juntos para poder obter resultados positivos.

Abrindo a sessão de debates, o vice-coordenador do CIR Ivaldo André fez a leitura do documento do Ministério das Minas e Energia do dia 30 de setembro de 2011 comunicando o cancelamento do projeto de construção de mini-centrais hidrelétricas nas terras indígenas São Marcos (MCH-Surumu) e Raposa Serra do Sol (MCH-Andorinha) devido ao parecer negativo da FUNAI em atendimento às críticas pela falta de consulta e participação das comunidades indígenas envolvidas. Júlio Macuxi falou que a conquista da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol coloca o desafio de como iremos administrar a nossa terra; falou da mobilização das comunidades indígenas da Região das Serras contra a construção da Hidrelétrica do Cotingo, propondo a elaboração de um documento para ser assinado pelos participantes do seminário. Abel Lucena informou sobre a construção pelas comunidades de um centro em forma de tamanduá na região da cachoeira do Tamanduá, onde está sendo proposta a construção da hidrelétrica. Leônidas Peres falou contra o projeto de construção da Hidrelétrica do Bem Querer no Rio Branco, que vai trazer prejuízos para os povos indígenas de Roraima, pois os peixes não terão mais como subir para os rios e o impacto disso vai atingir a todos.

Às 10:30 horas foram formados os grupos de trabalho para discussão das perguntas orientadoras relacionadas ao tema 'Iniciativas Comunitárias sobre as Mudanças Climáticas', como segue:

1. Quais as principais propostas de trabalho que devem ser colocadas em prática na sua região para enfrentar o problema das Mudanças Climáticas?
2. Quais os cuidados que devem ser tomados no caso da discussão dos mecanismos de pagamento por Serviços Ambientais e REDD+?
3. Como os governos devem conduzir as políticas públicas destinadas a combater e mitigar os efeitos das Mudanças Climáticas?

Por volta das 14 horas realizou-se a plenária para a apresentação e discussão dos grupos de trabalho (documento em anexo). No debate que se seguiu, foram discutidas questões como a preparação de jovens para a fiscalização das terras demarcadas; a realização de barreiras no acesso às terras indígenas, inclusive com a colocação de correntes nas estradas; a necessidade de equipamentos de apoio para os agentes ambientais indígenas, como GPS e bússolas, entre outros; as mudanças na forma de trabalho de muitas comunidades devido à modificação do seu calendário agrícola.

A seguir, a Dra. Joênia Wapichana fez a leitura dos documentos elaborados pela comissão responsável, a serem encaminhados a todas as autoridades competentes: Carta dos Povos Indígenas de Roraima sobre Mudanças Climáticas e REDD+ e Carta sobre a Hidrelétrica do Cotingo (documentos em anexo).

Mario Nicácio, coordenador do CIR, informou sobre o Projeto Cruviana que está sendo realizado pelo CIR em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), com o objetivo de avaliar o potencial de aproveitamento da Energia Eólica nas terras indígenas e promover a consulta e esclarecimentos junto às comunidades; afirmou que os povos indígenas não são contra a energia, mas querem uma energia que não prejudique o meio ambiente; expressou seus agradecimentos em nome do CIR aos coordenadores regionais, lideranças e organizações parceiras, entregando o 'fecho de varas' que simboliza a união dos povos indígenas para o cacique Mario Pariwe do Povo Waimiri-Atroari.

Após a aprovação e assinatura dos documentos por todos os presentes, aconteceu o encerramento dos trabalhos por volta das 19 horas do dia 06 de outubro de 2011.

QUESTÕES DISCUTIDAS NOS GRUPOS DE TRABALHO

Tema: Perspectivas Locais sobre as Mudanças Climáticas

1. Quais as principais mudanças do clima e do meio ambiente que aconteceram nos últimos vinte anos em sua região e comunidade?

Resumo das respostas apresentadas pelos grupos:

Mudanças climáticas constantes (secas e enchentes); aumento geral da temperatura; alteração dos períodos de inverno e verão; poluição dos rios e do ar; acúmulo de lixo nas comunidades; desequilíbrios ambientais; escassez de caça e de pesca; queimadas descontroladas nas comunidades e no seu entorno; desmatamento e degradação ambiental; implantação de lavouras mecanizadas; erosão crescente do solo; aterramento e assoreamento dos igarapés e lagos; plantações de acácia (monocultura); exploração de minérios; exploração de madeiras e produção de carvão vegetal.

2. Quais os principais impactos e problemas que estas mudanças provocaram na sua região e comunidade?

Resumo das respostas apresentadas pelos grupos:

Insegurança alimentar; aumento das doenças; desequilíbrio ecológico; falta de peixes e caça; perda de roças pelo excesso de chuva (enchentes) ou pela seca; invasão de madeireiros, fazendeiros e garimpeiros; terras indígenas homologadas em ilhas; aumento da população (pouco espaço); assentamentos no entorno das terras indígenas; proposta de construção de hidrelétricas nas terras indígenas; queimadas descontroladas; deslocamento de comunidades por conta da implantação de assentamentos (exemplo: Lago da Praia) e de empreendimentos (exemplo: Hidrelétrica de Balbina).

3. Quais as alternativas e conhecimentos tradicionais a sua comunidade tem usado para enfrentar estes problemas?

Resumo das respostas apresentadas pelos grupos:

Conscientização das comunidades através de palestras, oficinas, reuniões e outros eventos; plantio de árvores; iniciativas de capacitação de agentes ambientais indígenas voluntários; reflorestamento das áreas degradadas; fiscalização e vigilância das terras indígenas; busca de parcerias com as prefeituras e outras instituições; participação dos pajés com os conhecimentos tradicionais e orientação dos saberes ancestrais; fortalecimento da união dos povos indígenas; manifestações e mobilizações das comunidades; luta pela ampliação das terras indígenas demarcadas em ilhas; monitoramento das terras indígenas (imagem de satélites); barreiras para fiscalizar a entrada de pessoas não autorizadas nas comunidades.

Tema: Iniciativas Comunitárias sobre as Mudanças Climáticas

1. Quais as principais propostas de trabalho que devem ser colocadas em prática na sua região para enfrentar o problema das Mudanças Climáticas?

Resumo das respostas apresentadas pelos grupos:

Plantação de árvores para reflorestamento das terras degradadas; manejo do lixo nas comunidades indígenas; apoio ao trabalho dos agentes ambientais indígenas; realização de palestras sobre educação ambiental nas escolas; busca de parcerias com as prefeituras para a construção de lixeiras, incineração de lixo e construção de local adequado para o lixo orgânico; solicitação de transportes para retirar o lixo das comunidades e levar para local adequado; projetos específicos para fiscalização das terras indígenas; reuniões nas comunidades para discussão das Mudanças Climáticas; incentivo a produção dos próprios alimentos tradicionais; evitar queimadas descontroladas e desmatamento; proteger as matas, buritizais, caças e pesca; fazer mutirões de limpeza.

2. Quais os cuidados que devem ser tomados no caso da discussão dos mecanismos de pagamento por Serviços Ambientais e REDD+?

Resumo das respostas apresentadas pelos grupos:

Esclarecimentos nas comunidades sobre o funcionamento dos processos legais de pagamento por Serviços Ambientais e REDD+; amadurecimento das discussões sobre os mecanismos antes de aceitar os pagamentos; garantia dos direitos de usufruto exclusivo da terra e do modo tradicional de vida dos povos indígenas; apoio e garantia de transporte para os agentes ambientais na realização de suas atividades; solicitação de apoio dos órgãos federais e cobrança da responsabilidade dos mesmos; remuneração através de bolsas de trabalho e reconhecimento profissional da categoria de agente ambiental Indígena; não aceitação de qualquer proposta governamental ou não governamental sem o conhecimento prévio das organizações e lideranças indígenas.

3. Como os governos devem conduzir as políticas públicas destinadas a combater e mitigar os efeitos das Mudanças Climáticas?

Resumo das respostas apresentadas pelos grupos:

Implantação de políticas pelos órgãos competentes para fortalecer o movimento indígena; reconhecimento e respeito aos projetos de vida dos povos indígenas; redução nas instalações de indústrias e hidrelétricas que afetam o meio ambiente; que os governos dialoguem com os povos indígenas; respeito aos acordos com os outros países para redução das mudanças climáticas; ouvir os povos tradicionais e indígenas antes de tomar qualquer decisão e respeitar suas opiniões e decisões; os governos devem respeitar as terras indígenas e culturas dos povos; os governos parem de construir hidrelétricas em terras indígenas; mobilização das lideranças indígenas contra a construção de hidrelétricas e entrada de lixo nas terras indígenas.

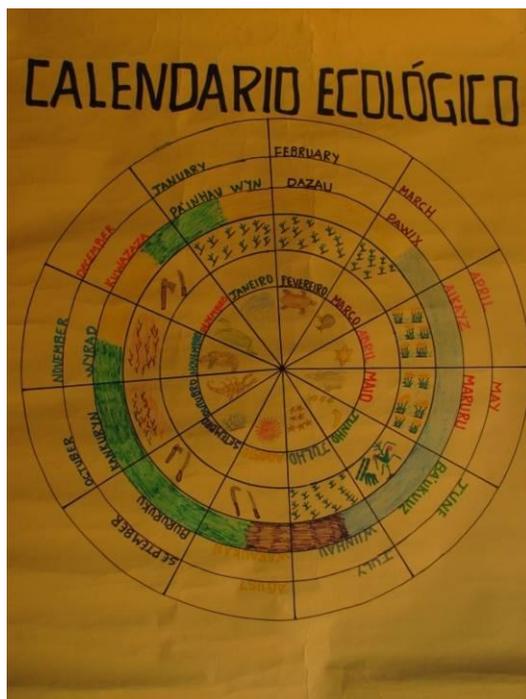
CALENDÁRIO ECOLÓGICO DA TERRA INDÍGENA JACAMIM

Apresentação: Erivaldo Wapichana, agente ambiental da Comunidade do Jacamim.

Este ciclo do calendário ecológico da Terra Indígena Jacamim inclui quatro comunidades indígenas, são elas: Jacamim, Marupá, Wapum e Água Boa. Definimos de fazer o calendário ecológico, juntamente com cinco Agentes Ambientais Indígenas e as comunidades do pólo-base jacamim falando de duas estações principais do tempo do ano, verão e inverno, como eles funcionam durante o tempo deles.

De janeiro até março é o verão mais forte. DAZAU, mês de fevereiro é o tempo dos tracajás botarem seus ovos. Esse período de verão mais forte chamamos de PAWIX, que é o desenho de mutum a partir das estrelas que aparecem no céu no mês de março. De abril, AIKAYZ, uma estrela grande e sozinha que aparece ao leste, passando por MARURU, mês de maio, tempo dos tatus se reproduzirem, até o meio do mês de julho, quando surgem sete estrelas no céu que chamamos WINHAU é o tempo de chuva forte e todos os rios e igarapés estão cheios até o meio do mês. Depois desse tempo começam as chuvas com trovão mais perigoso e vai até o final de agosto que chamamos de WARAUKAN. No final deste mês começamos a brocar a roça até o final de setembro, BURURUKU, que é um tipo de capim que dá flores amarelinhas nesse tempo. No início do mês de outubro, KANKURYN, começamos a queimar a roça até o final de novembro e o mês de dezembro todo, só coivarando até o final. WYRAD, o mês de novembro é visto por nós a partir de um conjunto de estrelas que formam o desenho de um jabuti no céu. Nesse tempo nós estamos brocando nossas roças. O mês de dezembro é o mês de KUWAZAZA, quando uma cobra cheia de estrelas aparece no céu.

O ano todo nós como Povo Indígena Wapichana não paramos de trabalhar na roça, que é a nossa mãe e a nossa terra, entre quatro comunidades da Terra Indígena Jacamim.



CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REDD+

“Os Povos Indígenas são guardiões da terra e da natureza e tem soluções para enfrentar as mudanças climáticas”

Dilma Roussef

Presidente da República Federativa do Brasil

Isabella Teixeira

Ministra do Meio Ambiente

Antonio Patriota

Ministério das Relações Exteriores

José Eduardo Cardoso

Ministro da Justiça

Márcio Meira

Fundação Nacional do Índio

Senhoras e Senhores,

Os Povos Indígenas têm contribuído na responsabilidade de cuidar da qualidade do ambiente nas terras indígenas. Enquanto a ciência ainda discute as questões de mudanças climáticas, nossos povos, através dos pajés e de nossos conhecimentos ancestrais já sabíamos e vínhamos alertando sobre essas mudanças. No Brasil 13% da extensão brasileira são oficialmente reconhecidas como terras indígenas. Essas terras por lei são consideradas como áreas protegidas e merecedoras de uma atenção especial.

Pensando nessa responsabilidade comum de cuidar de nosso planeta, nós Povos Indígenas de Roraima, Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Saporá, Taurepang, Yekuana, Yanomami, Wai-Wai e Waimiri-Atroari, presentes no seminário sobre Mudanças climáticas e Redd+ realizado nos dias 04 a 06 de outubro de 2011 na cidade de Boa Vista, estamos extremamente preocupados com o aumento da temperatura, alteração do período de inverno e verão, poluição dos rios e do ar, lixo nas comunidades, desequilíbrio ambiental, escassez de caça e pesca, queimadas, desmatamento, insegurança alimentar, doenças, desequilíbrio ecológico, falta de peixes e caça, perda de roças pelo excesso de chuva (enchentes) ou pela seca e outras formas de degradação ambiental. Entendemos que estas sejam as principais conseqüências das mudanças do clima e do meio ambiente que vêm ocorrendo nos últimos vinte anos em nossa região e em nossas comunidades.

Analizamos que os principais problemas que geram estas mudanças são: lavouras mecanizadas, erosão do solo, aterramento e assoreamento dos igarapés e lagos, plantação de acácia, instalação de tanques de piscicultura, exploração de minérios e de madeiras, invasão de madeireiros, fazendeiros e atividades garimpeiras, terras indígenas homologadas em ilhas, aumento da população indígena, queimadas descontroladas, e grandes empreendimentos tal como a Hidrelétrica de Balbina.

Nosso povo tem enfrentado esses problemas com alternativas e conhecimentos tradicionais, tais como: conscientização de nossas comunidades através de palestras, oficinas, reuniões e outros eventos, plantio de árvores, iniciativas das organizações indígenas na capacitação de agentes ambientais voluntários – AAVI, reflorestamento das áreas degradadas, fiscalização, vigilância, parcerias com as instituições governamentais e não governamentais, participação dos pajés com seus conhecimentos tradicionais, união dos povos e alianças entre organizações e comunidades indígenas.

No entanto debatemos que as políticas públicas que dizem respeito às mudanças climáticas não são suficientes para todo planeta. Assim propomos:

1. Que os povos indígenas sejam considerados partes nas discussões que envolvem o tema sobre mudanças climáticas, por sermos os mais afetados diretamente e possuímos grande conhecimento sobre a natureza e práticas menos agressivas e termos os ambientes consideravelmente ricos na biodiversidade;

2. Que os governos reconheçam e respeitem as especificidades dos povos indígenas, tal como a coletividade, culturas e tradições;

3. Que os direitos indígenas sejam assegurados em todas as políticas, programas, acordos e convenções a serem firmados pelos países, no sentido de contemplar os princípios afirmados e reconhecidos pela Declaração da ONU sobre direitos indígenas, em especial os direitos territoriais e acesso aos recursos naturais;

4. Que seja consolidado o direito da consulta prévia, e o consentimento livre e informado para todos os projetos que tem impactos sobre as terras indígenas;

5. Que sejam avaliados e revistos os procedimentos adotados, em especial a forma de consulta e consentimento, na instalação da energia pelo Programa Luz Para Todos, questionado pelas lideranças indígenas presentes neste seminário;

6. Que sejam compartilhadas informações junto às comunidades indígenas, através de programas que viabilizem cursos, debates, formação sobre educação ambiental e sobre o tema das Mudanças Climáticas;

7. Que sejam reconhecidas as iniciativas indígenas de Formação de Agentes Ambientais Indígenas, com apoio e fortalecimento de suas atividades;

8. Que o poder público assuma sua responsabilidade de controle do lixo, como construção de lixeiras, projetos de incineração e reciclagem do lixo, e transporte para recolhimento de lixo tóxico, em acordo com as comunidades indígenas;

9. Ampliar as atividades de gestão territorial e ambiental desenvolvidas pelas organizações indígenas, tal como a vigilância as terras indígenas, manejo de seus recursos naturais, e elaboração dos planos de etnodesenvolvimento das comunidades indígenas;

10. Que os órgãos públicos como Polícia Federal, IBAMA, MMA, MPF, MPE, e FUNAI assumam seu papel de fiscalização nas terras indígenas e em seu entorno;

11. Em relação aos mecanismos de pagamento de serviços ambientais e Redd+, que sejam priorizadas a demarcação, legalização e segurança jurídica das terras indígenas;

12. Que sempre que o governo for participar de rodadas de negociações sobre Mudanças Climáticas e Redd+, e impactos do desenvolvimento incluam a participação e representação indígena;

13. Que sejam apoiadas as organizações indígenas para um aprofundamento das discussões sobre o pagamento de serviços ambientais e Redd+;

14. Apoiamos o plano de Proteção Ambiental do Povo Waimiri Atoari na contenção noturna do tráfego na BR 174, no trecho de 126 km que atravessa a TI Waimiri Atoari, para evitar a destruição ambiental, matança de animais, interferência na vida física e cultural das comunidades indígenas próximas à estrada;

15. Exigimos uma ação enérgica de fiscalização e retirada de todos os garimpeiros que voltaram a invadir a TI Yanomami provocando violência, doenças e degradação ambiental, avaliados em mais de 1.000 invasores;

16. Somos contra a construção de hidrelétricas em terras indígenas, como a proposta do PDC 2540/2006 em tramitação na Câmara Federal que visa à construção da UHE do Cotingo, caracterizando uma nova invasão e violação dos direitos indígenas na TI Raposa Serra do Sol;

17. O Parque Nacional Monte Roraima que incide na TI Raposa Serra do Sol, na região do Povo Ingarikó, deve contemplar o direito das comunidades decidirem sobre o plano de gestão compartilhada, e que as assembleias indígenas sejam soberanas sobre as decisões relacionadas aos seus territórios;

18. Que sejam garantidos os direitos da Comunidade Indígena Lago da Praia, no sentido de retornar ao seu território e ter acesso aos recursos naturais que são imprescindíveis à sobrevivência da comunidade;

19. Assinatura do decreto sobre o Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI pela Presidente Dilma Roussef no sentido de avançar na proteção ambiental das terras indígenas;

20. Somos contra as mudanças do Código Florestal por não contribuírem na proteção da qualidade ambiental e promoverem a prática de crimes ambientais através da anistia aos fazendeiros que promoveram o desmatamento;

21. Que haja aceleração do Projeto 2057 que trata do Novo Estatuto dos Povos Indígenas para assegurar de forma adequada dos direitos indígenas frente às novas discussões que afetam os direitos e interesses indígenas;

22. Que os Estado brasileiro assegure os direitos dos povos indígenas já reconhecidos na legislação brasileira, no sentido de incorporar salvaguardas nos textos e acordos que haverão na COP 17 em Durban e nas discussões da Conferência Rio +20.

Pela proteção da vida assinamos abaixo.

Boa Vista – RR, 06 de outubro de 2011.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR

ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA - OMIR

CONSELHO DO POVO INDÍGENA INGARIKÓ - COPING

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI - HAY

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE WAIMIRI-ATROARI



Assinatura da carta pelos coordenadores das Organizações Indígenas.

CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA SOBRE A HIDRELÉTRICA DO COTINGO

“Os Povos Indígenas são guardiões da terra e da natureza e tem soluções para enfrentar as mudanças climáticas”

Nós povos indígenas Macuxi, Ingarikó, Wapichana, Taurepang, Yanomami, Yekuana, Wai-Wai e Waimiri-Atroari, com uma população de 52.000 indígenas residindo em 500 comunidades localizadas em todo o Estado de Roraima, integrantes das organizações indígenas Conselho Indígena de Roraima - CIR, Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR, Conselho do Povo Indígena Ingarikó - COPING, HUTUKARA Associação Yanomami e Associação WAIMIRI-ATROARI, extremamente intranquilos com o PDC 2540/2006, que pretende dar autorização para a construção de uma usina hidrelétrica na Cachoeira do Tamanduá no nosso Rio Cotingo, no interior da Terra Indígena Raposa Serra do Sol - RR, vimos repudiar e manifestar pela rejeição desta PDL, pelas seguintes razões:

1. A TI Raposa Serra do Sol – RR, declarada posse permanente indígena pela Portaria 534/06 do Ministério da Justiça e ratificada em 15 de abril de 2005 pelo Decreto de Homologação do Presidente da República, confirmada por decisão do Supremo Tribunal Federal, representa importante reconhecimento dos direitos territoriais dos Povos Indígenas no Brasil;

2. Tivemos mais de trinta anos de sofrimento e luta para chegar até esse reconhecimento formal. Infelizmente, apesar de nós povos indígenas, sempre vir trabalhando muito para ter nossos direitos aplicados e respeitados, existem muitas propostas que tramitam no Congresso Nacional e são tratadas conforme o interesse e demandas políticas, trocando nossos direitos coletivos por interesses particulares, ofendendo o nosso povo;

3. A proposta do Projeto de Decreto Legislativo nº. 2540/2006 de iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti - RR, que trata de autorização para a construção de Usina Hidrelétrica na Cachoeira de Tamanduá no Rio Cotingo atingirá todas as comunidades indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, afetando diretamente nossos direitos e interesses indígenas, desmobilizando o usufruto exclusivo, a posse, e provocará sérias violações na nossa terra;

4. Tal proposta fere nossos direitos constitucionais. A Constituição Federal de 1988 é muito clara em estabelecer que deva ter uma lei ordinária, aprovada pelo Congresso Nacional, que dispõe sobre as condições específicas para o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas, conforme previsto no § 1º do artigo 176 da Constituição Federal;

5. O Projeto de Decreto Legislativo 2540/2006 já foi aprovado pelo Senado Federal, pelas Comissões da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, e do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal, sem entanto prever os cuidados necessários que devem ser previstos em lei; atualmente o PDC 2540 esta em trâmite na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, e teve o

parecer do Dep. Relator Luiz Couto pela rejeição devido à inconstitucionalidade, e voto separado pelo Dep. Francisco Araújo - RR pela autorização, o qual propõe aumentar o número para cinco barragens no Rio Cotingo;

6. O Congresso Nacional não pode dar uma autorização cega, sem considerações e sem saber o que vai ser feito ou como vamos ser afetados, não pode autorizar tal pretensão sem conhecer a real extensão das conseqüências da construção de uma UHE na Cachoeira do Tamanduá, no rio Cotingo, bem como ter conhecimento devido sobre a viabilidade econômica, os impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais;

7. Por outro lado o governo federal por meio da Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos (SGH) da ANEEL aprovou, por meio do Despacho 3785, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de setembro de 2011, o inventário da bacia hidrográfica do Rio Branco em Roraima, cujos trabalhos de campo foram feitos entre 2008 e 2009 pela Empresa Hydros Engenharia Ltda.;

8. Esses estudos totalizam uma potência inventariada de aproximadamente 1.049 megawatts (MW), distribuídos em quatro aproveitamentos (usinas hidrelétricas). No rio Mucajaí, afluente do Branco, foram aprovados os aproveitamentos Paredão M1, com potência instalada de 69,90 MW; Paredão A, com potência instalada de 199,30 MW; e Fé e Esperança, com potência instalada de 71,70 MW; e no rio Branco, foi aprovado o aproveitamento Bem-Querer J1A, com potência instalada de 708,40 MW, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal;

9. A justificativa de um projeto de produção de energia como necessário ao desenvolvimento deve contar com todas as informações necessárias para tomar uma decisão democrática e que respeite os direitos indígenas. Se o país quer crescer, por que sacrificar os povos indígenas? Desenvolvimento para quem? Que tipo de desenvolvimento? Por que construir uma barragem em nossa terra indígena Raposa Serra do Sol? É preciso pesquisar e estudar se há outras possibilidades de energias que não precisem usar a energia dos rios que estão nas terras indígenas;

10. É importante ressaltar aqui que o Constituinte ao atribuir ao Congresso Nacional com exclusividade o papel de autorizar a exploração de potenciais hídricos e minerais em terras indígenas o tornou guardião dos direitos e interesses dos povos indígenas, que devem ser analisados cuidadosamente em relação aos demais interesses nacionais, quando se tratar especificamente destes tipos de empreendimentos. Ou seja, a exploração de recursos não-renováveis dentro de terras indígenas só deverá ocorrer em situação excepcional e em circunstâncias determinadas pela Constituição, as quais cabe ao Congresso fazer observar. É grande, portanto, a responsabilidade de aprovação de concessão para a exploração de recursos hidroelétricos em terras indígenas e envolve processo extremamente cauteloso. A concessão é feita pelo órgão competente do Poder Executivo da União (CF, art. 176, caput, e § 1o, parte inicial), após autorização expedida pelo Congresso Nacional (CF, arts. 49, XVI, e 231, § 3o), ouvidas as comunidades afetadas (CF, art. 231, § 3o). Além disso, a lei deve estabelecer condições específicas para esse tipo de concessão (CF, art. 176, § 1o, in fine) e disciplinar a participação das mesmas comunidades nos resultados da lavra (CF, art. 231, § 3o, in fine);

11. Não existe ainda a lei que regulamenta as condições específicas em que pode ocorrer a exploração dos recursos hídricos e minerais em terras indígenas. Existem várias proposições que regulamentam a matéria, entre elas o PL 2057/91, que dispõe sobre o Estatuto dos Povos Indígenas, tramitando na Câmara;

12. O direito de consulta assegurado pela Constituição Federal e o direito de ter um consentimento livre, prévio e informado pela Convenção 169 da OIT, que dão regras de como serão ouvidos os povos indígenas, devem ser cumpridos antes de qualquer procedimento para a construção e em todas as fases de tal processo;

13. Entendemos que os problemas iniciam com a construção da usina hidrelétrica, onde nossa terra estará novamente sendo violada, roubada, invadida. A construção da UHE Cotingo será uma nova invasão em nossa terra, causará um grande impacto social, cultural e ambiental, como a destruição de buritizais, matas nas encostas das serras, desaparecimentos de várias espécies animais e vegetais, interdição de vias de acesso das comunidades, dos recursos naturais existentes, alteração do fluxo natural do rio, e muitos outros danos;

14. A construção de uma UHE em nossa terra acarretará prejuízos ao desenvolvimento físico, social, econômico e cultural dos povos indígenas, incentivará uma grande invasão de não-índios para dentro da T.I. Raposa Serra do Sol. As Comunidades Indígenas Tamanduá, Caraparú I, III e IV, Waramadá, Taboca, Água Fria, Manaparú, Tabatinga, Pedra Preta, Kumá'pa, Maloquinha, São Luiz, Estevo, Mudubim e São Mateus, estão intranquias pelas ameaçadas de remoção forçada de seus sítios sagrados e territórios tradicionais;

15. Por tais motivos, não aceitamos a imposição de projetos e decisões que podem afetar nossa T.I. Raposa Serra do Sol - RR, sem a nossa participação efetiva. O Estado Brasileiro precisa respeitar, aplicar e efetivar no nossos direitos garantidos em leis constitucionais e internacionalmente reconhecidos;

16. Apoiamos o voto do Dep. Relator Luiz Couto da CCJC e pedimos a rejeição do PDC 2540/06 que tramita na Câmara dos Deputados por ser matéria inconstitucional e contrária aos nossos direitos e interesses.

Com saudações indígenas, abaixo assinamos.

Boa Vista – RR, 06 de outubro de 2011.

CONSELHO INDIGENA DE RORAIMA – CIR

ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA - OMIR

CONSELHO DO POVO INDÍGENA INGARIKÓ - COPING

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI - HAY

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE WAIMIRI-ATROARI

Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA)

Documento Final da 1ª Reunião Regional Amazônica

“Saberes Ancestrais, Povos e Vida Plena em Harmonia com as Florestas”

Entre os dias 15 e 18 de agosto de 2011, a Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) realizou a I Reunião Regional Amazônica, na cidade de Manaus, capital do Amazonas, Brasil. Com o tema "Saberes Ancestrais, Povos e Vida Plena em Harmonia com as Florestas", o encontro celebrou a escolha de 2011 pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional das Florestas.

O objetivo principal do evento foi "estabelecer alianças estratégicas para a conservação e uso sustentável das florestas desde os saberes ancestrais dos Povos Indígenas Amazônicos" e promover troca de experiências sobre o tema. Para tanto, reuniu povos indígenas, governos, organismos internacionais e sociedade civil do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, que participaram de atos públicos, painéis e mesas temáticas.

Em relação aos processos de REDD+, os participantes do encontro exigiram garantias e condições imediatas para os povos indígenas antes que se avance mais nestas discussões, como segue:

- Propostas de REDD+ com povos indígenas devem ser adequadas às cosmovisões e direitos coletivos dos povos;
- Sem territórios ou direitos coletivos garantidos é inviável o REDD+;
- Prioridade de políticas e fundos para a consolidação e titulação dos territórios indígenas como condição irrestrita antes de avançar sobre REDD+;
- Respeitar e apoiar a conservação holística das florestas e não somente onde há desmatamento, não reduzindo as florestas a toneladas de carbono;
- Respeitar nossas propostas de regulamentação nacional sobre REDD+ , a consulta aos povos indígenas e o consentimento livre, prévio e informado;
- Mudanças nas legislações nacionais no sentido de se avançar para consolidar os direitos coletivos nas leis de serviços ambientais, florestais e de consulta e consentimento;
- Garantir a existência de mecanismos de resolução de conflitos com garantias de neutralidade e eficácia;
- Não apoiar o mercado de créditos de carbono para encobrir os poluidores globais;
- Recomendar às comunidades indígenas que não se comprometam em contratos para REDD+ ou em negócios de carbono até que as regulamentações internacionais e nacionais estejam totalmente clara e implementadas;
- Que os Estados e as Agências de Financiamento assumam a responsabilidade para frear a expansão dos ladrões de REDD+ ('carbon cowboys').

Programação:

| | | | | |
|--------------------|---|---|---|--|
| 04.10.11 Terça | 8:00 - 9:00h | Abertura dos trabalhos Apresentação dos Participantes | | |
| | 9:00 - 10:00h | Painel sobre Mudanças Climáticas: Visão Indígena, Histórico, Panorama Atual e Impactos sobre as Terras Indígenas | CIR, HUTUKARA, FUNAI, ISA, INPA, EMBRAPA e Embaixada da Noruega | |
| | 10:00 - 10:15h | Intervalo | | |
| | 10:15 - 11:00h | Continuação do Painel sobre Mudanças Climáticas | | |
| | 11:00 - 12:00h | Debate | | |
| | 12:00 - 14:00h | Intervalo para Almoço | | |
| | | | | |
| 05.10.11 Quarta | 14:00 - 16:00h | Povos Indígenas, Mudanças Climáticas e REDD+ : 1. Políticas Governamentais 2. Perspectivas Científicas | CGMT / FUNAI, IBAMA e Instituto Insikiran (UFRR) | |
| | 16:00 - 16:15h | Intervalo | | |
| | 16:15 - 17:00h | Povos Indígenas, Mudanças Climáticas e REDD+ : 3. Discussões Internacionais | Embaixada da Noruega e Depto. Jurídico do CIR | |
| | 17:00 - 18:00h | Debate | | |
| | 19:00 horas | Janta | | |
| | | | | |
| 05.10.11 Quarta | 8:00 - 9:00h | Mesa-redonda: Perspectivas Locais sobre Mudanças Climáticas | HUTUKARA, COPING, e Depto. Ambiental do CIR | |
| | 9:00 - 10:00h | Debate | | |
| | 10:00 - 10:15h | Intervalo | | |
| | 10:15 - 12:00h | Trabalho em grupos: Mudanças Climáticas e Povos Indígenas | | |
| | 12:00 - 14:00h | Intervalo para Almoço | | |
| | | | | |
| | 14:00 - 16:00h | Plenária para apresentação e discussão das informações dos grupos de trabalho | | |
| | 16:00 - 16:15h | Intervalo | | |
| 16:15 - 18:00h | Aprovação das propostas originadas nos grupos de trabalho e na plenária | | | |
| 19:00 horas | Janta | | | |
| | | | | |
| 06.10.11 Quinta | 8:00 - 9:00h | Mesa-redonda: Iniciativas Comunitárias sobre Mudanças Climáticas | Comunidades da TI Jacamim e Associação Waimiri-Atroari | |
| | 9:00 - 10:00h | Debate | | |
| | 10:00 - 10:15h | Intervalo | | |
| | 10:15 - 12:00h | Trabalho em grupos: Serviços Ambientais e REDD + | | |
| | 12:00 - 14:00h | Intervalo para Almoço | | |
| | | | | |
| | 14:00 - 16:00h | Plenária para apresentação e discussão das informações dos grupos de trabalho | | |
| | 16:00 - 16:15h | Intervalo | | |
| | 16:15 - 17:00h | Aprovação das propostas originadas nos grupos de trabalho e na plenária | | |
| | 17:00 - 18:00h | Encerramento dos trabalhos | | |
| 19:00 horas | Janta | | | |
| | | | | |

Total de Participantes por Etnorregião:

| Etnorregião | Terras Indígenas | População | Nº Participantes | Etnias |
|------------------|--|-----------|------------------|---------------------------------------|
| Serras | Raposa Serra do Sol | 9.106 | 10 | Macuxi, Ingarikó, Taurepang, Patamona |
| Serra do Sol | Raposa Serra do Sol (*) | 1.056 | 10 | Ingarikó |
| Surumu | Raposa Serra do Sol | 2.664 | 10 | Macuxi, Wapichana, Taurepang |
| Baixo Cotingo | Raposa Serra do Sol | 2.898 | 10 | Macuxi, Wapichana |
| Raposa | Raposa Serra do Sol | 4.209 | 10 | Macuxi, Wapichana, Taurepang |
| Baixo São Marcos | São Marcos (**) | 2.581 | 10 | Macuxi, Wapichana |
| Alto São Marcos | São Marcos (**) | 2.200 | 10 | Macuxi, Wapichana, Taurepang |
| Amajari | Ananás, Aningal, Araçá, Cajueiro, Ouro, Ponta da Serra, Santa Inês, Anaro | 2.592 | 10 | Macuxi, Wapichana, Taurepang |
| Taiano | Anta, Mangueira, Pium, Raimundão, Sucuba, Arapuá, Barata/Livramento, Boqueirão | 2.320 | 10 | Macuxi, Wapichana |
| Murupu | Truaru, Serra da Moça | 850 | 10 | Macuxi, Wapichana |
| Serra da Lua | Bom Jesus, Malacacheta, Manoá-Pium, Canauani, Jabuti, Moskow, Jacamim, Muriru, Tabalascada | 6.581 | 10 | Wapichana, Macuxi |
| Wai-Wai | Wai-Wai, Trombetas-Mapuera (***) | 706 | 10 | Wai-Wai |
| Yanomami | Yanomami (****) | 13.000 | 10 | Yanomami, Yekuana |
| TOTAL | | 50.763 | 130 | |

Observações: (*) Área de atuação da COPING (organização parceira)

(**) Área de atuação da APIRR, APITSM e TWM (organizações parceiras)

(***) Área de atuação da Associação do Povo Wai-Wai - APIW (organização parceira)

(****) Área de atuação da Hutukara Associação Yanomami - HAY (organização parceira)

População e Terras Indígenas em Roraima:

| Terra Indígena | Etnias | População | Extensão (hectares) |
|--------------------------|--|---------------|---------------------|
| 1. Raposa - Serra do Sol | Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarikó, Patamona | 19.933 | 1.747.464 |
| 2. São Marcos | Macuxi, Wapichana, Taurepang | 4.781 | 654.110 |
| 3. Jacamin | Wapichana | 1.353 | 193.494 |
| 4. Barata-Livramento | Wapichana, Macuxi | 707 | 12.883 |
| 5. Araçá | Macuxi, Wapichana | 1.512 | 50.018 |
| 6. Canauanim | Wapichana, Macuxi | 846 | 11.182 |
| 7. Jaboti | Macuxi, Wapichana | 312 | 14.210 |
| 8. Malacacheta | Wapichana | 927 | 28.631 |
| 9. Manoá-Pium | Wapichana, Macuxi | 1.942 | 43.337 |
| 10. Moskow | Wapichana, Macuxi | 516 | 14.212 |
| 11. Ouro | Macuxi | 221 | 13.573 |
| 12. Ponta da Serra | Wapichana, Macuxi | 235 | 15.597 |
| 13. Santa Inês | Macuxi | 181 | 29.698 |
| 14. Serra da Moça | Wapichana | 490 | 11.626 |
| 15. Boqueirão | Macuxi, Wapichana | 460 | 16.354 |
| 16. Tabalascada | Wapichana | 527 | 13.024 |
| 17. Anaro | Wapichana | 77 | 30.474 |
| 18. Ananás | Macuxi | 24 | 1.769 |
| 19. Aningal | Macuxi | 212 | 7.627 |
| 20. Anta | Macuxi, Wapichana | 142 | 3.173 |
| 21. Bom Jesus | Macuxi, Wapichana | 48 | 859 |
| 22. Cajueiro | Macuxi | 130 | 4.304 |
| 23. Mangueira | Wapichana, Macuxi | 104 | 4.063 |
| 24. Muriru | Wapichana | 110 | 5.555 |
| 25. Pium | Wapichana, Macuxi | 320 | 4.607 |
| 26. Raimundão | Macuxi, Wapichana | 305 | 4.276 |
| 27. Sucuba | Wapichana, Macuxi | 238 | 5.983 |
| 28. Truaru | Wapichana | 360 | 5.653 |
| 29. Arapuá | Wapichana, Macuxi | 44 | - |
| 30. Wai-Wai | Wai-Wai | 290 | 405.698 |
| 31. Trombetas-Mapuera | Wai-Wai - 3.970.418 ha (total) | 416 | 559.505 |
| 32. Waimiri-Atroari | Waimiri-Atroari - 2.585.911 ha (total) | - | 666.818 |
| 33. Yanomami | Yanomami, Yekuana - 9.664.975 ha (total) | 13.000 | 5.764.543 |
| Total | | 50.763 | 10.344.320 |

Imagens do Seminário sobre Mudanças Climáticas e REDD:



Plenária com participantes indígenas e convidados do seminário



Apresentações dos debatedores e representantes indígenas



Discussões nos grupos de trabalho por etnorregiões